

Manifestação de garimpeiros vira conflito em RR

Várias lojas foram invadidas e o hotel em que Saulo ficou na capital foi cercado

BOA VISTA — Na manhã de ontem, garimpeiros que ocupam a reserva dos índios ianomamis, em Roraima, fizeram uma manifestação na Praça do Centro Cívico de Boa Vista. Eles bloquearam a praça, colocando pedras no meio da rua. Quando a polícia tentou dispersar os manifestantes — descontentes com a demarcação de novas áreas para garimpo feita pelo governo federal —, eles invadiam várias lojas do centro da cidade e entraram em confronto com a polícia. À tarde, o ministro Saulo Ramos, da Justiça, chegou a Boa Vista para um encontro com o governador Romero Jucá Filho. A comitiva de Saulo Ramos desceu na base aérea para evitar a concentração que se formava no aeroporto civil, mas os garimpeiros foram para o hotel onde se hospedou a comitiva.

O governador Jucá Filho falou ao grupo, à porta do Palácio 31 de Março. Ele tranquilizou os manifestantes, dizendo que primeiro queria ouvir a proposta de Saulo Ramos. "Se for contra os garimpeiros, vamos protestar juntos", garantiu. Durante almoço com Jucá Filho, o ministro da Justiça condicionou a demarcação de novas áreas em Roraima à saída dos garimpeiros da reserva ianomami. "O governo prometeu que daria três áreas para garimpo e vai cumprir a palavra, depois que eles saírem das terras indígenas", afirmou.

Organizações defenderão os ianomamis

PARIS — A Organizações Não Governamentais (ONG) vão denunciar hoje em Paris a "ameaça de genocídio" que pesa sobre os índios ianomamis. Também será anunciada a intenção de discutir o tema com o presidente François Mitterrand e com o presidente eleito do Brasil, Fernando Collor, que estará na França terça-feira.

Três dessas organizações — Anistia Internacional, Médicos do Mundo e Sobrevivência Internacional — e a Antena 2 (canal estatal de televisão francês) lançaram uma campanha internacional "para salvar o povo ianomami". Os cerca de 20 mil índios, informaram, vivem na Amazônia, no Estado de Roraima, ameaçado pela invasão de garimpeiros, que são perto de 50 mil e buscam o ouro "de forma anárquica" desde 1986.

"O que está ocorrendo parece um genocídio e os índios ianomamis estão morrendo às centenas, vítimas de doenças trazidas pelos brancos", disse Patrick Menget, vice-presidente da Sobrevivência Internacional. Na semana passada, uma equipe de antropólogos, médicos e jornalistas esteve em Roraima.

Até agora, foram demarcados 100 mil hectares, que formam o garimpo Santa Rosa-Uraricaá, que, segundo o governo, seria suficiente para todos. Mas, as lideranças dos garimpeiros contestam essa afirmação. "Lá não há nem 500 hectares mineralizados", disse José Altino Machado, presidente do Sindicato dos Garimpeiros da Amazônia Legal. Os líderes garimpeiros preferem negociar com o futuro governo, porque, segundo eles, o presidente eleito Fernando Collor, teria assumido o compromisso de deslocar os índios para outras regiões, entregando suas terras ao garimpo.

"Almocei com Collor, que se comprometeu a abrir as reservas para os garimpeiros", afirmou o presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Boa Vista, José Teixeira Peixoto, que ameaça entregar o encaminhamento da questão aos garimpeiros, caso o governo não demarque imediatamente as outras áreas de extração de ouro.



Saulo: propostas

Amazonas cria municípios em área indígena

BRASÍLIA — O presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Manoel Fernandes Moura, pediu à Procuradoria Geral da República que entre no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação de inconstitucionalidade do Artigo 12 da Constituição do Estado do Amazonas. Segundo Moura, o artigo criou, em área indígena, os municípios de Iauarete, Uati-Paraná e Belém dos Solimões.

No requerimento entregue ao procurador-geral, Moura argumenta que a criação dos municípios feriu a Constituição Federal, que considera propriedades da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas. Argumentou também que os legisladores do Estado do Amazonas não obedeceram ao parágrafo 5º do Artigo 18 da Constituição, que obriga a realização de consulta prévia à população, mediante plebiscito, antes da criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. Desde a votação sobre o assunto, em setembro, os índios se reuniram para buscar uma solução.